CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento nº AD/26/2021
Contrato de Serviços de Manutenção para os Servidores, Rede e UPS da CIMT

MÉDIO TEJO
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS 4

CAPÍTULO I 4
DISPOSIÇÕES GERAIS 4
CLÁUSULA 1.ª 4
OBJETO 4
CLÁUSULA 2.ª 4
ELEMENTOS DO CONTRATO 4
CLÁUSULA 3.ª 4
LOCAL DE EXECUÇÃO 4
CLÁUSULA 4.ª 5
PRAZO 5
CAPÍTULO II 5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 5
SECÇÃO I 5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO 5
SUBSECÇÃO I 5
DISPOSIÇÕES GERAIS 5
CLÁUSULA 5.ª 5
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO 5
CLÁUSULA 6.ª 6
ELEMENTOS A ENTREGAR PELO ADJUDICATÁRIO 6
CLÁUSULA 7.ª 6
TRANSFERÊNCIA DA POSSE 6
SUBSECÇÃO II 6
DEVER DE SIGILO 6
CLÁUSULA 8.ª 6
OBJETO DO DEVER DE SIGILO 6
CLÁUSULA 9.ª 6
PRAZO DO DEVER DE SIGILO 6
SECÇÃO II 7
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE 7
CLÁUSULA 10.ª 7
PREÇO CONTRATUAL 7
CLÁUSULA 11.ª 7
PREÇO BASE 7
CLÁUSULA 12.ª 7
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 7
CLÁUSULA13.ª 7
RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE 7
CLÁUSULA 14.ª 8
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO 8
CAPÍTULO VI 8
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS 8
CLÁUSULA 15.ª 8
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO COMPETENTE 8

CLÁUSULA 16.ª **8**
DIVERGÊNCIAS – PREVALÊNCIA **8**
CAPÍTULO VII **9**
DISPOSIÇÕES FINAIS **9**
CLÁUSULA 17.ª **9**
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL **9**
CLÁUSULA 18.ª **9**
CONTAGEM DOS PRAZOS **9**

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ..... ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I
Disposições Gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1 – O objeto do presente procedimento consiste na Contratação de Serviços de Manutenção para os Servidores, Rede e UPS da CIMT.
2- Os trabalhos a realizar na referida aquisição objeto do Contrato, serão os necessários e suficientes na Parte II - Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª
Elementos do Contrato

1 – O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2 – O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
c) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
d) A proposta adjudicada;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3 - A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não celebração do contrato, fruto da aplicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Cláusula 3.ª
Local de Execução

O objeto deste Contrato, será executado nas instalações da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, adiante designada por CIMT em Tomar sitas no Convento de S. Francisco, na Av. General Bernardo Faria 2300- 535 Tomar e no Pólo de Abrantes, sito na Rua D. António Prior do Crato, 115, 2200-086 Abrantes.

Cláusula 4.ª

Prazo

1 – O prazo de execução do contrato será pelo prazo de 12 meses.

Capítulo II
Obrigações Contratuais

Secção I
Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrerão para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de manter a Entidade Adjudicante informada sobre o decorrer dos trabalhos;
b) Obrigação de prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante relacionados com o projeto em causa;
c) A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário;
d) O Adjudicatário obriga-se a corrigir prontamente os erros e anomalias identificados durante as ações de verificação dos trabalhos, de acordo com as orientações ou esclarecimentos da Entidade Adjudicante, e dentro dos prazos por esta fixados;
e) Serão inteiramente de conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidade decorrentes da utilização de elementos a que respeitem quaisquer marcas registadas, patentes registadas ou licenças;

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Elementos a entregar pelo Adjudicatário

1 – No âmbito da presente prestação de serviços, deverá o Adjudicatário fornecer os serviços constantes na Parte II - Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª

Transferência da posse

1 – Com a declaração de aceitação, ocorre a transferência da posse dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato para a Entidade Adjudicante, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2 – Pela cessão dos direitos que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do Contrato.

Subsecção II

Dever de Sigilo

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante e aos Municípios envolvidos, que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos,

designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 10.ª

Preço Contratual

1 – Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – Os valores monetários referidos no número anterior não estão sujeitos a qualquer revisão.

Cláusula 11.ª

Preço Base

Para a aquisição de serviços a que se refere o presente caderno de encargos, fixa-se como parâmetro base do preço contratual o valor de 14.170€ acrescido de IVA à taxa em vigor.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1 - O valor contratado será distribuído e pago mensalmente.

2 – A quantia devida pela Entidade Adjudicante, nos termos da alínea anterior, deverá ser paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura.

Cláusula13.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos respetivos por um prazo superior a um terço do prazo previsto no Contrato, ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2 – Para além dos motivos definidos na legislação, são motivo de rescisão do Contrato por parte da Entidade Adjudicante:

a) Incumprimento do prazo para início dos trabalhos;
b) Recusa, por parte do Adjudicatário, de corrigir ou repetir os trabalhos que não foram aceites pela fiscalização ou por não o fazer no prazo fixado;
c) Recusa, por parte do Adjudicatário, de cumprimento das instruções que lhe forem dadas pela fiscalização no sentido do cumprimento do Caderno de Encargos ou do plano de trabalhos;
d) Reiterada inobservância das disposições contratuais ou do Caderno de Encargos, ou má-fé do Adjudicatário;

3 – O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário poderá resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida e seja mais de 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 – Nos casos previstos no nº 1 anterior, o direito de resolução poderá ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

Capítulo VI

Resolução de litígios

Cláusula 15.ª

Legislação aplicável e foro competente

1 – Em tudo o que o Contrato for omisso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

2 – Para todas as questões emergentes do Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

Cláusula 16.ª

Divergências – Prevalência

1 – Em caso de dúvidas e divergências que possam existir entre os vários documentos do presente Contrato prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Convite, e em último lugar a Proposta do Adjudicatário.

2 – Em casos de divergência entre documentos escritos e gráficos, os escritos prevalecem.

Capítulo VII
Disposições finais

Cláusula 17.ª
Cessão da posição contratual

1 – O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.

2 – Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deverá:

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;

b) A Entidade Adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do Contrato.

Cláusula 18.ª
Contagem dos prazos

1 – Os prazos previstos no Contrato contam-se de acordo como disposto nos artigos 470º e 471º do CCP.

2 – A contagem do prazo da prestação de serviços objeto do Contrato, inicia-se com a adjudicação.

3 - O período durante o qual o Adjudicatário realiza qualquer tipo de correções devidas não suspende os prazos em curso, designadamente o prazo para entrega dos trabalhos.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Contrato de Serviços de Manutenção para os Servidores, Rede e UPS da CIMT

Pretende-se:

Assistência nas instalações do IDC Abrantes segundo o plano 24x7x4h, ou seja, tempo de resposta de, no máximo, 4 horas a partir de qualquer hora do dia, 7 dias para o equipamento assim como respetivos componentes a seguir discriminados:

A manutenção abrangerá os seguintes servidores, assim como respetivos componentes:

- Servidores Unisys ES7000
  - 1 * ES7000 com 8GB RAM
- Servidores Unisys 3220
  - 1 * ES3220 (em Tomar)
  - 1 * ES3220 (Adquirido para o SIG em Setembro de 2008)
- Servidores DELL
  - 2 * Dell PE R520
  - 1 * Dell PE R530
  - 2 * Dell PE R710
  - 1 * Dell PE R730
  - 1 * Dell PE R730 (em Tomar)
  - 1 * Dell PE R310 (em Tomar)

A manutenção abrangerá os seguintes dispositivos de armazenamento e comunicação:

- Storage e Armazenamento
  - DELL Powervault MD3820F com 2 Gavetas MD1200 e 1 Gaveta MD1220
- Switchs Fibra
  - 2 Brocade DS200-B
  - 2 Brocade DS300

A manutenção abrangerá os seguintes equipamentos de rede e segurança:

- Equipamentos Enterasys
  - Enterasys A2H124-24
- Equipamentos DELL
  - 2 Switch Gigabit 5548
  - 2 Switch Gigabit N2048
  - 1 Switch Gigabit N2048P com POE (em Tomar)
  - 1 Switch Gigabit N2048P com POE

- Equipamentos Watchguard
    - 2 Firebox M200 (em cluster)

A manutenção abrangerá ainda os seguintes equipamentos e dispositivos auxiliares:

- UPS
    - APC SmartUps RT 10KVA
    - Inform Pyramid 20KVA
- Infraestrutura elétrica interna ao IDC
- KVM Switchs
- Consola KVM (1 DELL e 1 Unisys)
- 5 * Rack

A manutenção abrangerá, ainda, os seguintes equipamentos Ar Condicionados: 2 Unidades LIEBERT HIROSS, modelos S13UA001V100002P

1 - A manutenção do ar condicionado deverá ser quadrimestral.
2 – A manutenção do ar condicionado, deverá garantir o bom funcionamento de todo o sistema instalado, devendo-se, entre outras, prever as seguintes intervenções:

- Averiguação de fuga de águas e ou refrigerante;
- A corrente de ar através das baterias exteriores terá de ser inspecionada no sentido de detetar eventuais obstruções, e devendo ser feito o mesmo no sentido das baterias interiores;
- As chumaceiras dos ventiladores terão de ser inspecionadas para verificação da temperatura, ruído e suavidade da operação, e as correias terão de ser inspecionadas também.
- Os controlos de segurança terão de ser inspecionados;
- Os equipamentos de controlo terão de ser verificados e eventualmente acertada a sua regulação.
- O quadro elétrico terá de ser inspecionado e verificado os seus apertos.
- Terão de ser verificadas pressões e temperatura dos circuitos – água gelada e água arrefecida;
- Terão de ser inspecionados os elementos do desumidificador.
- A água terá de ser drenada e o desumidificador limpo;
- O circuito de alimentação terá de ser inspecionado;
- Os drenos de condensação da bateria interior e do excesso de alimentação do desumidificador terão de ser limpos e modificados.